

Planalto mobiliza líderes para garantir os 5 anos

FLAMARION MOSSRI

O Palácio do Planalto, dentro do esquema de não descuidar do "aliciamento" de votos a favor do mandato de cinco anos para Sarney, já orientou seus líderes para promover a mobilização geral dos parlamentares de terça-feira em diante. O líder do PLF, José Lourenço, adiou a viagem que faria esta noite a Lisboa, e o presidente da República resolveu que só irá à Conferência de Desarmamento, nos Estados Unidos, depois de definido o tempo do seu governo.

Os ministros Prisco Viana, Borges da Silveira e Hugo Napoleão informados pelo líder Carlos Sant'Anna de que a votação do mandato do atual presidente poderá acontecer nesta quinta-feira. Outra possibilidade seria a partir do dia 1º de junho. Pela dúvida, a mobilização dos constituintes está em pleno curso.

Na sua última avaliação, o chamado "conselho dos cinco anos", que funciona no Planalto, com ministros e líderes, constatou que os cinco anos estão seguros, com 300 a 320 votos. A ordem, porém, é não revelar muito otimismo, evitando excessos nas previsões. Na Constituinte, os mais fisiológicos acham mau negócio a previsão de uma vitória tranquila, com 30 ou 40 votos acima da maioria absoluta (280 votos). "Temos de dizer que a situação está apertada, apenas com dez ou 15 votos de diferença, para valorizar nossa posição", observou um deles.

Os integrantes do conselho de ministros e os líderes do governo e do PFL estão confiantes, mas atentos. "Todo o cuidado é pouco", observou o ministro Borges da Silveira. "Estamos trabalhando com a convicção de que a definição do mandato será uma etapa importante, mas teremos ainda de cuidar da votação em segundo turno", disse o ministro Prisco Viana. Os líderes José Lourenço e Marcondes Gade-

lha, do PFL, e Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, do governo, fazem avaliações diárias entre si e as transmitem ao Palácio. Há expectativa de conquistar a maioria dos 29 ausentes na votação de março, do tempo de mandato presidencial permanente.

O governo gostou da pesquisa realizada pela insuspeita Universidade de Brasília, mostrando a vitória do mandato de cinco anos, com 33 indecisos. A declaração dos líderes do PMDB na Constituinte e na Câmara, Mário Covas e Ibsen Pinheiro, admitindo que a emenda de eleições presidenciais em 89 é a favorita, também tranquilizou o Planalto, mas houve quem ficasse desconflado. Alguns acham que pode ser uma técnica de Covas e de Ibsen, considerando o adversário forte e favorito, para tentar ganhar no descuido.

"Ninguém está-se descuidando. Estamos atentos e procurando evitar o menor ponto de atrito entre o governo e os parlamentares que votaram e poderão votar pelo mandato de cinco anos", disse José Lourenço.

Os casos pendentes estão sendo equacionados e resolvidos, desde que não envolvam grandes recursos financeiros. Os casos mais comuns são de fisiologismo — nomeação de autoridades do segundo e terceiro escalão, convênios, atenção especial aos políticos, mudanças importantes — inclusive de ministros — só depois de definido o mandato presidencial — ou após a promulgação da nova Constituição.

Para contrabalançar as queixas dos governistas de esvaziamento do Inamps, o ministro Borges da Silveira deverá reinstaurar as Delegacias Regionais de Saúde — o que poderá aplacar os mais queixosos contra o ministro Renato Archer. O ministro da Saúde é um dos líderes

dos "moderados" do Centro Democrático do PMDB e dos mais atuantes na luta para garantir eleições presidenciais em novembro de 89.

Agindo com cautela e segurança, o conselho dos cinco anos mantém-se ativo, confiando no resultado positivo. Integram o conselho os ministros Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, Hugo Napoleão, Borges da Silveira, Jader Barbalho, Ronaldo Costa Couto, Iris Resende, João Alves, os líderes do governo e do PFL e dois assessores Thales Ramalho (da Presidência) e Henrique Hargreaves (Casa Civil).

O ambiente na praça dos Três Poderes está menos tenso do que em março último, para a votação da duração do mandato do atual presidente. Não há clima bélico. Ministros, líderes e chefes militares parecem mais preocupados com o problema da anistia a militares e sua reintegração às Forças Armadas. Muito remotamente está se admitindo a aprovação de eleições em 88.

Os problemas não são considerados graves na área política. Problemas surgiram em alguns estados, como Acre, Ceará, Rondônia, Rio, Goiás, mas estão sendo resolvidos "a contento" — com nomeações, convênios e compromissos. A bancada do PFL do Ceará, por exemplo, com dez parlamentares, queixou-se, por escrito, da atuação do governador Tasso Jereissatti e do PMDB, com apoio do Ministério da Previdência. O PFL perdeu seus cargos no estado, mas há compromisso de "reparação". A bancada liberal assegurou ao líder José Lourenço que só aceitará "reparação" depois da votação do mandato de Sarney. "Antes, não aceitamos, pois não queremos dar a impressão de barganha com os nossos dez votos", disse ao líder o coordenador da bancada do PFL do Ceará, deputado Furtado Leite.

Brasília/Agência Estado